

OPINIÃO 1972-1973. OS LIMITES REGRADOS DA OPOSIÇÃO

Eduard Marquardt¹

UM NOVO SEMANÁRIO NACIONAL

Um jornal que não defende interesses pessoais, não pertence a nenhum partido, não é porta-voz de qualquer ideologia e se recusa a aceitar um volume de publicidade que ultrapasse a 20 por cento de sua receita. Esses são os princípios básicos de OPINIÃO, semanário que começa a circular no próximo dia 6 de novembro, segunda-feira.



1972. Do acordo entre um jornalista e um empresário, e, ao mesmo tempo, de uma tensão entre jornalistas e intelectuais,

O jornal *Opinião* nasce no apogeu da ditadura militar, no final do governo do general Emílio Garrastazu Médici, da iniciativa de um grupo de jornalistas profissionais, especialmente Raimundo Pereira² que representava a ligação do jornal com a Ação Popular (AP), grupo de linha maoísta em Londres e então na ilegalidade; de Fernando Gasparian³, industrial auto-exilado em Londres, articulador da chamada burguesia nacional, um grupo de empresários do setor têxtil, metalúrgico e mineral aliado ao governo Goulart e alijado do poder após 64; e de intelectuais consagrados como Antonio Candido, Antonio Callado, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Paul Singer, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, [Otto Maria Carpeaux, Hélio Jaguaribe, Paulo Francis, Lauro de Oliveira Lima, Jean-Claude Bernadet, Millôr Fernandes e Oscar Niemeyer, muitos deles afastados das universidades pelo regime. É uma época em que florescem os jornais ditos alternativos, ou nanicos, que representam linhas políticas definidas ou alianças provisórias e instáveis. *Pasquim*, *Movimento*, *Versus*, *Ex* são alguns exemplos destes personagens que vão ocupar por um breve momento o espaço reduzido e concentrado dos jornais brasileiros.⁴

¹ Bolsista de Iniciação Científica — CNPq.

² Criador do jornal *Amanhã*, *Movimento* (pós-*Opinião*), e colaborador da *Folha da Tarde*, *Realidade* e *Veja* (responsável pelas seções Ciência, Política, Artes e Espetáculo).

³ “Em 1970, Gasparian afastou-se de suas atividades empresariais para dedicar-se exclusivamente à vida universitária. Tornou-se então professor (‘Visiting Fellow’) na Universidade de Oxford e agora vai dedicar-se também a OPINIÃO.” Cf. *Opinião*, n. 0, 23 out. 1972, p. 1. Também a este “manifesto” se refere a epígrafe deste texto.

⁴ SANTOS, Antonio Carlos — *Um intelectual entre os spots e as academias*. A crítica de Ronaldo Brito em *Opinião* 1972-1977. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996, p. 12.

Detalhando melhor as etapas deste acordo, Bernardo Kucinski observa o caráter diversificado da equipe que inaugurava a nova publicação:

O editor de cultura, Júlio Cesar Montenegro [...] era trotskista; o editor de economia, após a desistência de última hora de Aloysio Biondi, era Marcos Gomes, antigo dirigente da Ação Popular em São Paulo; o secretário de redação, Antonio Carlos Ferreira, era mais afinado à dissidência; o correspondente em Londres, Bernardo Kucinski [sic], era um independente; Dirceu Brisola, editor de nacional [editoria de assuntos nacionais], e Maurício Azedo identificavam-se com a linha do PC.⁵

A fim de concorrer com *Veja*, iniciando a circular semanalmente, nas segundas-feiras, e munindo-se de uma edição brasileira do jornal francês *Le Monde*⁶, surgia a 23 de outubro um número zero de *Opinião* nas bancas, pretencioso manifesto sobre a revolução que o tablóide representaria para a história da imprensa no país, ilustrando na primeira página uma caricatura da figura decadente de Plínio Salgado. Neste primeiro texto, os editores enfatizam o fato de se alcançar a independência financeira para se gozar de independência política, encerrando a idéia de se “desvincular a opinião de qualquer fim imediato”.

Não proponho aqui apresentar resultados para uma compreensão clara ou objetiva da história do jornal *Opinião*, mesmo porque a leitura deste periódico, veiculado de 1972 a 1977 e inscrevendo-se numa época permeada por conflitos da imprensa alternativa versus censura⁷, ainda se encontra em fase de levantamento, seleção e indexação. Pretendo ensaiar algumas impressões, visualizando essencialmente os anos 1972 e 1973, partindo de textos que, é importante dizer, não totalizam ou encerram a reflexão cultural do período, mas que indicam rupturas internas que se instauram desde os primeiros números.

Assim, gostaria de primeiramente descrever a seção mantida pelo jornal, intitulada “Tendências e Cultura”, que como o próprio nome pressupõe, atrai para as

⁵ KUCINSKI, Bernardo — *Jornalistas e revolucionários*. Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo, Scritta Editorial, 1991, pp. 251-2.

⁶ Não apenas pela presença das páginas do *Le Monde*, mas também pelas citações de outros jornais como *The New York Statesman*, *The New York Review of Books*, *The Guardian*, *The Washington Post*, *Opinião* buscava intimidar o aparelho repressivo estatal e mesmo a censura, indiretamente ameaçando repercussão internacional no caso de qualquer violência contra a empresa.

⁷ Para uma melhor noção desses conflitos, mais especificamente no caso de *Opinião*, cf. MACHADO, J. A. Pinheiro — *Opinião X Censura*. Momentos da luta de um jornal pela liberdade. Porto Alegre, L&PM, 1978. Espécie de coleção de processos e autos “criminais”, este livro traz à tona a série de perturbações sofridas pelo jornal frente ao rigor da ditadura militar, pouco tempo depois do recolhimento pela polícia de seu último exemplar. Em tempo, também Bernardo Kucinski toca na questão ao terceiro capítulo de seu livro *Jornalistas e revolucionários* (Op. cit., pp. 243-347).

páginas finais de cada número uma pequena série de textos tratando, conforme o manifesto da pré-estréia de *Opinião*, das “novas tendências do comportamento e de acontecimentos culturais”, com a adição de guias (um para a cidade de São Paulo e outro para a do Rio de Janeiro) com breves indicações de filmes, peças teatrais e outras atividades, podendo assim orientar o leitor para o consumo desses bens simbólicos, funcionando como uma espécie de *suplemento* do jornal.

Com fins práticos, em meio às notícias semanais, às notas internacionais, aos comentários sobre economia, a seção seria o espaço reservado para, entre outras coisas, um possível debate intelectual. No entanto, em uma análise mais empírica sobre o tipo de texto que ali se veicula, o que se obtém é um resultado favorável mais à ação do repórter do que ao improvisado ensaístico do intelectual. Embora o primeiro texto publicado tematize a recepção da obra de Jorge Luis Borges⁸, o espaço reservado à literatura, ou mesmo a qualquer outra prática de caráter ensaístico parece, em números seguintes, deslocar-se para outras áreas do jornal⁹, ficando o espaço da coluna reservado para reportagens sobre os astros da música popular e sobre a televisão brasileira.¹⁰

Conforme reporta J. A. Pinheiro Machado, devido à leitura prévia praticada pela censura, muitas vezes a equipe de *Opinião* era obrigada a reelaborar números inteiros, o que talvez justificaria uma certa desordem na organização dos artigos de todo o jornal¹¹. Caso contrário, pode-se pensar que através dos textos que circulam na seção perpassa um conceito de cultura moldado pelos processos e meios desse desenvolvimento¹², daí a recorrência de textos sobre cinema, teatro e, fundamentalmente, música popular¹³,

⁸ Cf. NAIPAUL, V. S. — “Como entender Jorge Luis Borges” *Opinião* n. 1, 6 nov. 1972, pp. 19-20.

⁹ Penso em textos como “A verdade da repressão” de Antonio Candido (n. 11, p. 23), “Drummond, o poeta público” e “Arte e sobrevivência” de Otto Maria Carpeaux (n. 1, p. 24 e n. 9, p. 6), “Perdendo a virtude criadora”, entrevista com Claude Lévi-Strauss (n. 7, p. 18), resenhas sobre as traduções brasileiras dos livros de Julio Cortázar, Michel Foucault, T. S. Eliot, Roland Barthes, entre outros.

¹⁰ Seriam os textos de Sérgio Augusto, Afonso Celso, Heitor da Luz e Tárík de Souza.

¹¹ O caso mais emblemático é a edição do dia 23 de abril de 1973, não numerada mas que corresponderia ao 25, em que a ação da censura aparece em todo o exemplar. Em virtude da vasta lista de cortes, entrevê-se como a diagramação foi afetada. Em reparo destes “buracos”, o texto ensaístico funciona com uma espécie de enxerto: trata-se de análises sobre Bergman e Freud, intercaladas e editadas em corpo maior, atravessando desde a página 4 até a 24, tentando sanar os estragos causados pela leitura prévia. Contudo, estes ensaios estão incompletos, ficando a promessa não cumprida de conclusão no número seguinte.

¹² Para um referencial do termo “cultura”, cf. WILLIAMS, Raymond — “Com vistas a uma sociologia da cultura” In *Cultura*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, pp. 9-31; e, essencialmente, *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, no qual Williams assinala que “os conceitos mais básicos [...] não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos”, cuja tarefa do crítico é a de, na medida do possível, “recuperar a substância de que suas formas foram separadas” (p. 17).

¹³ Conforme os trinta primeiros números, os nomes mais citados são os de Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gilberto Gil e Hermeto Pascoal, respectivamente, aparecendo os dois

contudo uma concepção de cultura arraigada ao que Renato Ortiz define como a moderna tradição brasileira, ou seja, a consolidação de um mercado de bens simbólicos que estaria se estabelecendo desde o fim dos anos 60¹⁴. Deste modo, o *cultural* se revela através de práticas que pela repetição fornecem identidade a grupos específicos, em territórios que já se querem mostrar definidos; já o que se apresenta como *tendência* gira em torno do que ainda não se cristaliza como cultura. É, pois, o emergente, espécie de vir-a-ser: produto que recém posto em circulação, ainda não goza de um consumo significativo para os critérios do mercado que, em última análise, estabelece o que é ou não cultural.

Dentre os articulistas, ora dentro ora fora da seção, gostaria então de ressaltar os nomes de Aguinaldo Silva e Ronaldo Brito, ambos trabalhando simultaneamente, e ambas colaborações girando em torno de resenhas marcadas pela demanda do mercado editorial. Parece se encontrar atrás destes textos uma interessante polarização de teorias literárias, que assinalam posturas antagônicas dentro do mesmo veículo, divergindo tanto na escolha dos autores, ou tradições, quanto nas abordagens que deles realizam.

Aguinaldo Silva prima por uma literatura e uma crítica literária realista. Em suas articulações revela uma preocupação frente às práticas artísticas que emergiam na época. Resenhando a estréia literária de Antônio Torres com *Um cão uivando para a lua*, Aguinaldo salienta que tanto o filme *Terra em transe* de Glauber Rocha quanto as páginas finais do romance *Quarup* de Antonio Callado profetizam o fim de uma fase na cultura brasileira, que passaria daí a “trilhar um caminho cada vez mais desinteressado da vida, até chegar às caixinhas ocas e transparentes de acrílico nas artes plásticas; aos diálogos entrecortados e ininteligíveis do cinema; e ao delírio formal, ao jogo de palavras sem sentido a que se entregou a literatura”¹⁵. E mais adiante:

No campo da literatura — o que nos interessa — a desmunhecada foi ainda maior: nossos escritores passaram a negar toda uma tradição realista, a chamar de acadêmicos os que ainda jogam com a realidade, e a despencar, ou para o fanatismo capenga, ou para a mais desenfreada vanguarda. Nos dois casos, uma preocupação que deve ter agradado ao sistema: não dizer nada. Mascarar de tal forma as palavras que estas, afinal, acabem desprovidas de

primeiros como ícones — páginas inteiras estampadas com ambos os rostos, iluminados por raios de sol, e a mensagem “Leia e assinie *Opinião*” (cf. *Opinião* s. n., 23 abr. 1973, pp. 5-6).

¹⁴ “A televisão se concretiza como veículo de massa em meados de 60, enquanto o cinema nacional somente se estrutura como indústria nos anos 70. O mesmo pode ser dito de outras esferas da cultura popular de massa: indústria do disco, editorial, publicidade, etc.” Cf. ORTIZ, Renato — “O mercado de bens simbólicos” In *A moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1995, p. 113.

¹⁵ SILVA, Aguinaldo — “Uivar é com os cães” *Opinião* n. 3, 20 nov. 1972, p. 22, passim.

qualquer sentido. Nem mesmo usar o sentido “oficial”, o conveniente à situação atual, e portanto já deformado, mas partir para o *non sense* do tipo *Me segura que vou dar um troço* (Wally Sailormoon, autor jovem) que mascara, principalmente, a covardia.

A partir da ficção de Antônio Torres, Aguinaldo Silva elabora o que irá chamar de “uma das primeiras missões de um honesto intelectual brasileiro, hoje”: “dar às palavras seu verdadeiro sentido”, qualidade que reconhece no escritor, para em contrapartida referir-se aos intelectuais da época como “imprensados entre os últimos estertores de um idealismo fútil e a soberba”. Ao fim, ainda, estabelece esta ressalva: “[...] esperamos que, após uma estréia tão feliz, ele [Antônio Torres] não desça da montanha, como seu personagem, para assinar um promissor — e castrador — contrato com a TV”.

Ronaldo Brito, por sua vez, escolhe outra tradição de escritores: estréia em *Opinião* através de uma resenha sobre *Histórias de cronópios e de famas*, de Julio Cortázar, reconhecendo este livro do ficcionista como uma “alusão, distante e caricatural, à irracionalidade do sistema que se faz passar pela realidade natural e objetiva”¹⁶, estendendo suas considerações para o “novo estilo” que, junto com Borges, Cortázar formaria na literatura latino-americana, seguido por escritores como García-Márquez ou Vargas-Llosa¹⁷. Resenhando outro escritor latino-americano, Manoel Scorza, Aguinaldo Silva não deixa de emitir seu juízo sobre os mesmos ficcionistas tematizados por Ronaldo Brito. Diz:

Ninguém pode negar o fato de que Borges é um escritor genial, e que Cortázar lhe segue os passos. Mas nem um nem outro, pelas características muito pessoais de suas obras, pode ser considerado representativo da literatura latino-americana. Um mundo sem conflitos que não os existenciais — o dos livros de Borges e Cortázar — serve, à revelia dos seus criadores, para que se promova oficialmente uma literatura que pouco tem a ver com nosso continente. O problema é que os índios do Peru e adjacências têm, através de escritores como Scorza, muita coisa a contar¹⁸.

¹⁶ BRITO, Ronaldo — “O novo jogo de Cortázar” *Opinião* n. 2, 13 nov. 1972, p. 21.

¹⁷ Em confronto a essa idéia lançada por Ronaldo Brito, e para visões bastante particulares sobre a obra de Borges, que o retiram da ordem do “realismo fantástico”, cf. MACHERREY, Pierre — “Borges e a narrativa fictícia” In *Para uma teoria da produção literária*. Lisboa, Estampa, 1971, pp. 239-47; BLANCHOT, Maurice — “O infinto literário: o Aleph” In *O livro por vir*. Trad. Maria Regina Louro. Lisboa, Relógio d’Água, 1984, pp. 103-6; e ANTELO, Raúl — “Notas performativas sobre el delito verbal” *Variaciones Borges*. Revista do Centro de Estudos e Documentação Jorge Luis Borges. Aarhus, Dinamarca, a. 1, n. 2, 1996, pp. 177-86.

¹⁸ SILVA, Aguinaldo — “A literatura vai mudar o mundo?” *Opinião* n. 11, 15 jan. 1973, p. 22.

Através destes exemplos acredito ser possível reconhecer ao menos duas das perspectivas teóricas que compunham o jornal. A de Aguinaldo Silva é facilmente identificável: ela visaria a um emprego social imediato do texto, uma utilidade imediata da linguagem e, em última análise, equacionando literatura = *Erlebnis*¹⁹ (postura que, aliás, em muito se assemelha à atualmente praticada pelos estudos culturais norte-americanos, se pensarmos na crescente difusão e estudo das minorias sociais — *subaltern studies* —, como o testemunho da índia Rigoberta Menchú, assinado por Elizabeth Burgos, em detrimento dos cânones anteriormente estabelecidos).

As colaborações de Ronaldo Brito, em contrapartida, podem ser lidas como pela manutenção de uma literatura elitista, cuja presença em um veículo de grande escala seria, diante de uma perspectiva realista, complementamente descartável.

Gostaria, aqui, de resgatar a introdução de um ensaio que Brito irá escrever bastante tempo depois destas primeiras investidas, no qual disserta sobre os próprios limites a que a imprensa se restringe.

¹⁹ No prefácio ao primeiro volume das *Obras escolhidas* de Walter Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin debruça-se sobre o conceito de “experiência” na filosofia benjaminiana. Atenta para a dificuldade de explicitação do termo, e mesmo pelo receio que Benjamin tinha de sua utilização redutora, de orientação unilateral, matemática e mecânica, a ensaísta percorre os vários textos do filósofo chegando à formulação da *Erlebnis* como a “experiência vivida”, particular e privada, em contrapartida da *Erfahrung*, a “experiência coletiva”, de choque, proporcionada pela mecanização, e consequente aceleração, do mundo industrial, capitalista. À *Erlebnis* performaria o sujeito do romance; à *Erfahrung*, o operário, o combatente que retorna do campo de batalha. Mas é propriamente Benjamin quem atenta para os limites da *Erlebnis*, assinalando que “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (cf. “A imagem de Proust” In *Magia e técnica, arte e política*. Ensaaios sobre literatura e história da cultura. 2ª ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 37. Para o prefácio de Jeanne Marie Gagnebin, “Walter Benjamin ou a história aberta”, cf., especialmente, as páginas 9-16). Assim, penso que os limites da teoria literária esboçada pelas reflexões de Aguinaldo Silva requerem uma literatura fundada a partir do desejo unicista de funcionalizar escritura e efeito, e para isso recorrendo a uma “representação fiel” do real. Susan Buck-Morss, detendo-se sobre a “dialética negativa” benjaminiana, observa:

O conceito de “fantasia exata” foi desenhado para evitar as posições não dialéticas do idealismo subjetivo por uma parte, e do materialismo “vulgar” por outra: adesão estrita ao material, garantindo a prioridade dos objetos; mas disposição ativa de seus elementos, articulação verbal de sua lógica interna, experiência filosófica resgatada desde a simples duplicação do dado. Contudo, este programa era mais simples como projeto do que como prática. O problema era manter “exatamente” o objeto sem copiá-lo, e como dispor e transformar seus elementos através da “fantasia” sem recorrer à ficção?

(“Una lógica de la desintegración: el papel del sujeto” In *Origen de la dialéctica negativa*. México, Siglo XXI, 1981, p. 193, versão minha). Assim, a literatura combatida por Aguinaldo Silva — Borges, Cortázar no caso — supera os limites e os questionamentos sobre a representação naturalística do objeto, não reduzindo experiência apenas à *Erlebnis* mas estendendo-a como uma experiência gerada pela leitura, dobrada, plurisignificante, na qual, antes de se almejar a uma subserviência da escritura para com o real, redimensiona-se a noção desse real, entendendo-o em um campo semântico infinitamente maior (como, aliás, se pode ler através da metáfora borgeana da biblioteca de Babel). Contudo, um campo semântico que a *Erfahrung* do jornal não comporta, cujos limites Ronaldo Brito, posteriormente e como se verá mais adiante, irá esboçar.

A suposição mais evidente da imprensa é a de permitir um contato puro e objetivo com a realidade. Essa ideologia está surdamente presente no trabalho cotidiano da imprensa e impõe aos seus agentes uma espécie de esquecimento estrutural: a de que o material primeiro de sua manipulação são técnicas e convenções de linguagem, em última instância métodos de aproximação ao terreno dos fatos. [...]

Por sua própria natureza e funcionalidade, o discurso do jornal é ideológico e empírico. Isso não significa no entanto que a imprensa esteja condenada a desenvolver-se cegamente, impossibilitada de refletir sobre as próprias determinações de sua prática. É necessária essa reflexão não apenas sobre o campo de ação onde opera, mas sobre o próprio modo dessa operação. [...] É precisamente na medida em que pretende efetuar uma intervenção crítica sobre o real que a imprensa se vê na obrigação de transformar seus procedimentos habituais, muito provavelmente solidários desse real. [...]

Tenho a impressão de que a imprensa brasileira em geral, sua ala crítica inclusive, tende a subestimar o alcance dessa imposição e acreditar numa possibilidade ingênua: a de manipular esta estrutura com um sentido inverso.

[...] Acho que na hierarquia de questões de uma imprensa brasileira progressista deve haver lugar para a *crítica da objetividade jornalística*. É preciso afinal saber a quem interessa o mito da transparência imediata do real, e mesmo a quem serve a ideologia da “verdade dos fatos”.

A “objetividade” a que me refiro pressupõe, entre outras coisas, uma extrema docilidade à estratégia dos *mass media* de manipular o público enquanto mero espectador de um mundo que seria um vasto e maravilhoso (embora às vezes trágico, às vezes triste) espetáculo²⁰.

Texto adiante, Brito ainda sublinha o estreito conformismo da imprensa em sua relação com um real ideologizado, e que mesmo quando contra esse real, deve mover-se dentro dele, a partir dos limites possíveis conforme os estatutos culturais vigentes. Ronaldo Brito tenuamente percebe a impossibilidade de uma prática vanguardista que almeje atingir um grande número de interlocutores sem com isso instituir-se no itinerário do “real” e, em última análise, percebe que além da “ação proibitiva institucionalizada”, toda a imprensa é condicionada a um sistema que “molda e orienta a produção das mensagens e condiciona os debates em seus contornos gerais”. Embora esteja Brito direcionando este ensaio para a presença da representação imagética naturalista na imprensa, camufladamente elabora uma crítica bastante dura a toda prática jornalística. Sabe o crítico que não é apenas função da imprensa transformar uma sociedade, mas questiona-se sobre como uma iniciativa de oposição (e aqui podemos ler, especificamente, *Opinião*) pode almejar transformação aderindo a formas discursivas (quer seja texto quer seja imagem) sob a idéia de uma inteligibilidade forjada pelos interesses culturais dominantes, de que tanto um realismo do texto quanto um naturalismo da imagem são cúmplices.

²⁰ BRITO, Ronaldo — “A imagem da imprensa” *Opinião* n. 191, 2 jul. 1976, p. 32, passim.

Inteligibilidade esta que, no caso de *Opinião*, elabora-se conforme os parâmetros estipulados por uma indústria da cultura que se firma por um caráter pluralista que se quer democrático — concedendo lugar, inclusive, para a crítica da própria prática —, e que ao hierarquicamente distribuir territórios normatiza tanto Jorge Luis Borges como D. H. Lawrence, colocando-os “em seus devidos lugares”, assim produzindo um cenário cuja impressão é a de que toda escritura que se distancia de uma semântica previsível é inviável, mas que através de uma ação bem intencionada pode ser catalogada “na ordem do fantástico”. Um mosaico que, em última análise, mesmo possibilitando discussões, inevitavelmente estaria beirando o *kitsch*.